

Exame de Recurso - Direito dos Contratos II

14 de fevereiro de 2019

90 minutos

ANA e BEATRIZ eram duas senhoras cuja amizade remontava à sua adolescência. Quando atingiram a idade adulta, ambas casaram e foram viver com os seus respetivos maridos. Contudo, ANA estava muito descontente com a sua situação já que a sua casa era demasiado pequena para o casal, pelo que, quando engravidou, resolveu pedir 300.000€ à sua amiga por 10 anos, com vista a adquirir um imóvel adequado às suas necessidades familiares. BEATRIZ, como ótima amiga que era, aceitou emprestar-lhos, exigindo, contudo, que findo o prazo a mutuária lhe restituísse os 300.000€ acrescidos de 15.000€, que era o rendimento que obteria caso os mantivesse investidos.

O aluno deverá qualificar o presente como um contrato de mútuo (1143.º), classificá-lo e pronunciar-se sobre a sua forma e sobre o acordo de juros. Deverá, ainda, discutir a periodicidade dos juros enquanto sua característica essencial.

Vendo-se com fundos que antes não tinha, ANA mandou a sua tia CAMILA, cozinheira de profissão, para que esta lhe preparasse uma maravilhosa sopa para o jantar e lhe comprasse uma casa com cerca de 100 m² por 300.000€.

O aluno deverá definir corretamente o objeto do contrato de mandato enquanto contrato pelo qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais atos jurídicos por conta da outra (1157.º). Com base na definição, deverá excluir do seu âmbito a preparação da sopa – porquanto não configura um ato jurídico –, mas incluir a compra da casa.

Conforme combinado, a tia preparou a sopa para a sobrinha e comprou a casa perfeita já que, pelo mesmo preço, estendia-se por 200 m², em vez de 100 m², pelo que nunca mais teria problemas de falta de espaço.

O aluno deverá reconduzir o problema a uma situação de *ius variandi* e aferir a verificação de todos os requisitos do artigo 1162.º.

Contudo, quando estava a chegar ao Cartório para assinar a escritura, a cerca de 100km de casa, CAMILA teve um acidente de viação no qual o carro ficou completamente destruído. Para piorar as coisas, teve de regressar de táxi.

O aluno deverá enquadrar o problema no âmbito do artigo 1167.º als. c) e d) e discutir a extensão da responsabilidade do mandante pelos prejuízos sofridos em consequência do mandato.

Na mesma noite, enviou a ANA a fatura com o preço da casa, do carro, do táxi e com o preço da sopa.

O aluno deverá enquadrar o comportamento de CAMILA no quadro das obrigações do mandatário, em particular, de prestação de contas e de comunicação da execução do mandato (artigo 1161. als. c) e d)).

Quando esta recebeu a fatura não soube como reagir. Não só a casa era grande demais – e iria acumular pó –, como, se pagasse o exigido pela tia, não conseguiria pagar a prestação mensal à sua amiga.

Quando posta ao corrente dos problemas financeiros que ANA atravessava, BEATRIZ lembrou-se da importância da amizade e dos mandamentos aprendidos na catequese em pequena, pelo que perdoou a dívida.

O aluno deverá pronunciar-se sobre se esta remissão de dívida constitui uma doação (863.º/2) e extrair as necessárias consequências.

Quid Juris?